

LIBERDADE VERSUS IRRACIONALIDADE ACADÊMICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE UM PONTO DE VISTA KANTIANO

ACADEMIC FREEDOM VERSUS ACADEMIC IRRATIONALITY: AN ANALYSIS FROM A KANTIAN POINT OF VIEW

JOEL THIAGO KLEIN¹
(UFPR-CNPq/Brasil)

RESUMO

Neste artigo apresenta-se e desenvolve-se as linhas gerais do conceito de autonomia universitária a partir do referencial teórico desenvolvido pela filosofia de Kant. Nesse contexto, argumenta-se que o significado normativo de liberdade acadêmica deve ser entendido em contraposição, de um lado, à interferência indevida do estado ou da sociedade e, de outro lado, como oposta também ao libertinismo acadêmico. Num segundo momento apresenta-se as principais máximas da irracionalidade acadêmica, ou seja, as máximas irracionais que minam a possibilidade da autonomia da universidade. Ao final, desenvolve-se algumas reflexões sobre como seria a relação da universidade com o estado e a sociedade no um contexto de uma república ou estado justo.

Palavras-chave: Autonomia acadêmica; Irracionalidade acadêmica; Sociedade; Estado; República.

ABSTRACT

In this paper, I present and develop the main features of the concept of academic autonomy based on the theoretical framework developed by Kant's philosophy. In this context, I argue that the normative meaning of academic freedom should be understood in opposition to undue interference by the state and society on the one hand, and in opposition to academic libertinism on the other. In a second step, I present the main maxims of academic irrationality, namely those maxims that undermine the possibility of academic autonomy and the freedom of the public use of reason. Finally, I develop some reflections on what the relationship of the university to the state and society should be in the context of a republic and a just state.

Keywords: Academic autonomy; Academic irrationality; Society; State; Republic.

Introdução

A liberdade como autonomia é a pedra angular da filosofia prática kantiana. Trata-se de uma exigência normativa fundamental que perpassa

não apenas as obras de ética, filosofia política e filosofia do direito, mas também se constitui como o fio condutor da reflexão sobre a universidade e o papel dos intelectuais no espaço público. Neste artigo, pretendo reconstruir alguns argumentos espalhados ao longo da obra de Kant para discutir alguns problemas recentes, os quais não são necessariamente novos, mas que com certeza têm produzido consequências cada vez mais impactantes, uma vez que estão interligados com o desenvolvimento da técnica, com a especialização do conhecimento e com a crescente complexificação das relações sociais.

EUA e Brasil foram palcos recentes de governos que se opuseram ao que no espaço público se denomina de modo geral por ciência. O negacionismo da ciência se estendeu para diversos âmbitos, mas no caso do ex-presidente estadunidense Donald Trump a questão foi particularmente evidente com relação à negação do aquecimento global e das mudanças climáticas produzidas pela ação humana, em particular pela queima de combustíveis fósseis. Já no Brasil, o ex-presidente Bolsonaro entrará para a história como aquele que defendeu o uso de vermífugos e de cloroquina como tratamento para as infecções de Covid-19, ao mesmo tempo em que depreciou a eficácia e promoveu boicote às vacinas. Os custos dessas atitudes foram centenas de milhares de mortes no caso da pandemia no Brasil e um custo ainda incalculável com relação à mudança climática.

É digno de nota que esses dois governos tiveram uma relação de oposição e de confronto com a ciência e a comunidade acadêmica em geral. Entretanto, esses governos também faziam questão de fazer referência a “estudos” e “publicações” que insistiam ser cientificamente legítimas, bem como mantiveram relações com certos intelectuais e cientistas que corroboravam suas posições e políticas. Houve, nesse caso, uma relação insidiosa entre esses governos e seus “intelectuais mascotes” em detrimento de algo que podemos colocar de modo genérico como ideal de conhecimento, de objetividade, ou mesmo, de fato científico.

No caso do Brasil, uma situação particularmente ilustrativa merece destaque, pois ela envolveu diretamente a perspectiva da filosofia de Kant. O ideólogo Olavo de Carvalho, o mais importante “intelectual” do movimento bolsonarista, e sem nenhum reconhecimento na comunidade filosófica nacional, alcançou grande influência na sociedade brasileira (de juízes a militares, de estudantes universitários a jornalistas). Talvez a mais precisa caracterização de Olavo de Carvalho tenha sido expressa por um aforismo que circulou após sua morte e que foi atribuído ao jornalista, escritor e cronista Ruy Castro, “Morreu Olavo de Carvalho. Considerado um imbecil por todos os filósofos e um filósofo por todos os imbecis”². No ápice

de sua influência social e política³, um enfrentamento com o engodo promovido por Olavo de Carvalho foi corajosamente feito por filósofos e estudiosos da filosofia de Kant em uma matéria do jornal o Globo⁴, mesmo em um momento de acirrado conflito e aumento de violência política a partir da vitória de Bolsonaro nas eleições de 2018. Após essa crítica pública, militantes bolsonaristas se voltaram contra os acadêmicos, com ameaças e perseguição pessoal (conforme relato pessoal de um dos acadêmicos entrevistados). Mesmo após os inúmeros absurdos teóricos e filosóficos perpetrados por Olavo de Carvalho, vários representantes da política brasileira insistem em homenageá-lo publicamente como intelectual (sic), professor (sic) e escritor⁵.

O que deveras impressiona é o quanto esses governos negacionistas encontraram adeptos nas fileiras das universidades, muito mais do que inicialmente se poderia imaginar e se gostaria de reconhecer⁶. E não menos estarecedor foi o fato de que os egressos das universidades, particularmente no caso do Brasil com relação aos médicos, estavam não apenas receitando, mas defendendo publicamente o uso da ivermectina e da cloroquina para o tratamento de Covid-19, com base em uma suposta experiência empírica válida ou do uso de certos estudos publicados. Cabe perguntar: que tipo de formação técnica, científica e ética a universidade brasileira vem oferecendo, uma vez que permitiu que esse problema alcançasse essa dimensão alarmante? Quase se poderia falar de um surto coletivo ou epidemia de negacionismo científico na comunidade médica brasileira, caso ele fosse um evento isolado.

Além disso, no Brasil, passamos recentemente mais uma vez pela sombra da interferência política na universidade. O governo do ex-presidente Bolsonaro iniciou uma investida para acabar com a liberdade de cátedra sob o argumento de combater a politização na universidade, um projeto que apenas não foi adiante devido a questões contingenciais. Nesta mesma linha estão os problemas vinculados à demanda do ensino do criacionismo nas escolas.

Esses são os problemas e seu contexto. O objetivo deste artigo é explorar o que a filosofia de Kant pode nos dizer ou sugerir para entender e lidar com essas questões. Este trabalho não pretende ser uma exegese minuciosa dos textos de Kant sobre conceitos como razão, racionalidade, ciência, ou mesmo esclarecimento⁷, mas é um ensaio para pensar, de um ponto de vista Kantiano, o papel da universidade, assim como com o modo de lidar com o que poderíamos chamar de irracionalidade acadêmica.

Liberdade acadêmica como conflito livre e público na comunidade de eruditos

Encontra-se na obra de Kant uma ampla e consistente reflexão acerca do que é e de como deveria ser a Universidade. Como ponto de partida, cabe mencionar o seguinte excerto:

Não foi [ruim] a inspiração daquele que primeiro concebeu o pensamento de tratar todo o conceito mais geral da erudição (propriamente as cabeças dedicadas a ele), tendo proposto a sua implementação pública, como que à maneira de uma fábrica, através da divisão do trabalho, na qual há tantos ramos das ciências, quanto docentes e professores a serem nomeados e que, enquanto seus encarregados, constituiriam conjuntamente uma espécie de comunidade erudita, chamada Universidade (ou também escola superior), a qual teria sua autonomia (já que apenas eruditos podem julgar eruditos como tais). Esta, mediante suas faculdades (pequenas sociedades diferentes, nas quais se dividem os eruditos universitários segundo a diversidade dos principais ramos da erudição), estaria autorizada a incorporar, por um lado, os alunos das escolas inferiores que a ela aspiram e, por outro, eruditos livres (i.e., que não são seus membros), chamado doutores, e após exame prévio, providenciar-lhes por seu próprio poder um posto que seja reconhecido por todos (outorgar-lhes um grau), i.e., nomeá-los. (Kant, SF, AA 07:17)⁸

Apesar da universidade ser obviamente uma instituição inserida na sociedade e ser dela dependente, ela também é uma instituição cujo objetivo e sentido não se restringe a servir servilmente à sociedade, ao menos não com relação àquilo que a *sociedade é ou se entende ser*. A universidade se insere no horizonte daquilo que a *sociedade deve almejar ser*, segundo valores publicamente justificados e critérios que almejam a objetividade. Nesse sentido, a universidade deve ser uma instituição comprometida sobretudo com relação ao desenvolvimento da razão e o princípio da liberdade⁹. Razão é entendida aqui como o desenvolvimento das capacidades humanas racionais: capacidades cognitivas, estéticas, técnicas, pragmáticas e morais. A universidade tem sua “razão de ser” no desenvolvimento dessas capacidades e na produção de conhecimento que permita esse desenvolvimento. Nesse sentido, a universidade não deve estar subordinada ao povo, ao mercado, à igreja, à cultura, ao estado nacional, a um dono, enfim, a universidade não deve se sujeitar a esses

outros campos. Isso não significa que ela esteja completamente apartada ou alienada dessas outras esferas, mas que ela deva constituir um campo independente e autônomo que funcione segundo uma lógica própria. Se a lógica dos outros campos passa a vigorar na esfera da universidade, então ela corrompe sua razão de ser e o seu sentido, passando a funcionar como uma instituição subserviente e, portanto, não autônoma.

A lógica intrínseca da universidade deveria respeitar os seguintes elementos: liberdade absoluta da crítica; estímulo da competição através de um sistema de recompensas baseado unicamente no mérito do argumento ou dos resultados produzidos¹⁰; que os resultados aceitos como válidos estejam sempre abertos para nova análise e avaliação crítica; igualdade fundamental entre os pares; publicidade do debate; e, finalmente, concordância consensual ou majoritária da comunidade acadêmica concernida. De certo modo, todos esses aspectos estão encapsulados na seguinte passagem da *Crítica da razão pura*:

Em todos os seus empreendimentos a razão tem que se submeter à crítica, e não pode limitar a liberdade da mesma por uma proibição sem que isto a prejudique e lhe acarrete uma suspeita desvantajosa. No que tange à sua utilidade, nada é tão importante, nem tão sagrado que lhe seja permitido esquivar-se a esta inspeção atenta e examinadora que desconhece qualquer respeito pela pessoa. Sobre esta liberdade repousa até a existência da razão; o veredito desta última, longe de possuir uma autoridade ditatorial, consiste sempre em nada mais do que no consenso de cidadãos livres dos quais cada um tem que poder externar, sem constrangimento algum, as suas objeções e até o seu veto. (Kant, KrV, B 766)

Somente quando a lógica intrínseca da universidade e do debate acadêmico e científico é respeitada, pode a sociedade esperar da universidade aquilo que ela tem de melhor a oferecer e aquilo que ela pode contribuir de maneira prioritária, a saber, o desenvolvimento da perfeição das faculdades racionais na busca pela verdade e conhecimento, afinal de contas “tudo depende da verdade” (Kant, SF, AA 07:28).

Os conflitos entre argumentos e posições entre os acadêmicos, os quais devem ser permitidos e estimulados, não podem ser resolvidos por “um acordo não litigioso”, pois eles “requerem uma sentença”, isto é,

um veredicto com a força da lei de um juiz (da razão), caso contrário só poderia ocorrer que tal conflito fosse resolvido

mediante desonestidade, ocultamento das causas da contenda e demagogia. Tal máxima, porém, é inteiramente contrária ao espírito de (...) [quem] lida com a apresentação da verdade. (Kant, SF, AA 07:33)

Aqui é importante destacar que o conceito de verdade não implica uma concepção fundacionalista e absolutista, ou seja, a perspectiva de que ao fim de um debate se esteja de posse de um cânon definitivo de conhecimento ou de uma verdade absoluta e imutável. Ao contrário, exatamente porque a crítica sempre deve ser possível, disso se segue que sempre deve haver espaço para reformulações, mudanças ou aperfeiçoamentos de posições e conclusões. O que essa perspectiva exclui, entretanto, é a posição cética ou relativista da verdade. Poderíamos caracterizar a verdade nessas passagens escritas por Kant como um ideal regulativo e normativo que deve guiar o processo reflexivo de debate e de conflito. Por isso ele afirma que “este antagonismo, i.e., o conflito de dois partidos entre si, unidos um com o outro em prol do fim último da comunidade, não é guerra” (Kant, SF, AA 07:36). Esse conflito é essencial na comunidade de eruditos e se distingue da guerra cujo objetivo é apenas a vitória de uma das partes. O conflito possui regras e o objetivo é construir posições teóricas e conhecimentos cada vez mais qualificados, reflexivos e complexos, de modo que permitam o contínuo desenvolvimento das capacidades humanas racionais.

Antes de continuar, um esclarecimento conceitual se faz importante. Kant faz uma distinção entre vários conceitos de filosofia. Algumas vezes, “filosofia” significa a disciplina específica que hodiernamente chamamos filosofia, outras vezes, e nesse caso, quando ele fala da faculdade de filosofia em geral, ele pensa todas as disciplinas dedicadas à produção de conhecimento fundamental. Para o que é relevante neste artigo, buscar-se-á focar nas características que não se restringem à faculdade de filosofia em sentido estrito, mas podem ser generalizadas para o campo geral de produção de conhecimento, a qual encontra seu local principal na universidade. Nesse sentido é que deve ser lido, por exemplo, o excerto abaixo:

Ora, a capacidade de julgar segundo a autonomia, i.e., livremente (conforme os princípios do pensar em geral), denomina-se razão. Assim, a Faculdade de Filosofia, porque deve defender a verdade das doutrinas que ela admite ou mesmo apenas concebe, deve ser concebida, na medida em que é livre, como aquela que está

somente sob a legislação da razão, mas não do governo.
(Kant, SF, AA 07:27)

Também nesse horizonte deve ser lida a menção do mote latino no ensaio *Resposta à pergunta: o que é esclarecimento?*, a saber, “*Caesar no est supra grammaticos*” (Kant, WA, AA 08:40), ou seja, nem mesmo César está acima dos gramáticos quando o assunto é a gramática.

A condição humana é tal, que a busca pelo conhecimento e aperfeiçoamento de suas faculdades não ocorre de maneira natural e sem tensão. Entretanto,

O ser humano está destinado, por sua razão, a estar numa sociedade com seres humanos e a se cultivar, civilizar e moralizar nela por meio das artes e das ciências, e por maior que possa ser sua (325) propensão animal a se abandonar passivamente aos atrativos da comodidade e do bem-estar, que ele denomina felicidade, ele está destinado a se tornar ativamente digno da humanidade na luta com os obstáculos que a rudeza de sua natureza coloca para ele. (Kant, Anthr. AA 07:324s.)

Fica claro então que, para Kant, as artes e as ciências ocupam um papel central no aperfeiçoamento e na humanização do ser humano. Ora, uma vez que a universidade é uma instituição decisiva e preeminente para o desenvolvimento e transmissão das artes e ciências, segue-se que não se está superestimando seu papel ao se concluir que ela é uma instituição central para a espécie humana alcançar sua humanidade¹¹. Entretanto, para que ela possa desempenhar esse papel, a universidade precisa atuar segundo a lógica mais adequada para a promoção das ciências e das artes, o que, por conseguinte, não é equivalente a lógicas de outras instituições. Assim, por exemplo, num determinado momento, o mercado pode requerer que a maior parte da energia e dos recursos da universidade seja destinada a pesquisa para aumento de produtividade ou aumento da margem de lucro, enquanto, por outro lado, o interesse da universidade deve estar mais voltado para a produção de conhecimento fundamental ou eficácia de procedimentos de produção tendo em vista a sustentabilidade a longo prazo. Outro exemplo, agora mais próximo do espectro político oriundo da esquerda, em um certo momento a sociedade ou determinado governo podem querer promover os valores da justiça social ou igualdade na

universidade através de medidas que imponham esses valores em detrimento do valor da promoção de conhecimento e da lógica adequada à academia¹². Também nesse caso, ocorre uma agressão ao valor da autonomia intrínseca à universidade. Note-se que, se por um lado, a universidade fica subserviente ao interesse dos ricos, de outro, ela fica subserviente aos valores da democracia. A universidade não é o estado e também não é uma superinstituição que deve desempenhar infinitas funções sociais. Nesse sentido, a função de um professor universitário é fazer pesquisa e ensinar aos seus alunos tanto o corpo de conhecimento válido até então, bem como as habilidades necessárias para continuar aprendendo e eventualmente desenvolver pesquisa, mas não ir ao lócus dos problemas e tentar resolvê-los. No seu tempo livre, um professor pode fazer isso, mas faz isso agora não como professor, mas como um indivíduo e cidadão que vive em sociedade. Confundir esses papéis, seja por parte do indivíduo seja por parte da sociedade apenas gera demandas contraproducentes. Em suma, de um ponto de vista Kantiano, o que muitas vezes se reivindica como um engajamento social da universidade e dos professores não passa de uma reivindicação descabida que, se fosse executada, significaria o fim da universidade.

Máximas de irracionalidade no contexto da universidade e seu entorno

O debate acadêmico e a busca pela verdade envolvem um processo lento e muitas vezes não linear. Essa complexidade permite muitas formas de desvirtuamento, as quais se constituem como formas de irracionalidade na medida em que não são o resultado de simplesmente erros ou desvios causados por decisões casuais, mas se fundam em máximas, ou seja, em princípios adotados de modo mais ou menos consciente que guiam um certo padrão de comportamento ou pensamento que necessariamente corrompe a finalidade da universidade como instituição formada por uma comunidade de eruditos. Ao longo da obra de Kant, encontram-se várias caracterizações dessas máximas da irracionalidade. Sem uma pretensão exaustiva, apresenta-se no que se segue uma lista e uma breve caracterização dessas máximas da irracionalidade.

a) *Heteronomia acadêmica*. Trata-se da máxima de tentar vencer ou suprimir os conflitos acadêmicos apelando para os preconceitos do governo ou aos preconceitos do povo, de modo que o governo ou o povo interfiram no conflito para impedir que uma das partes se pronuncie (nesse caso têm-se o que normalmente se denomina de restrição da liberdade ou censura) ou para garantir que a força racional do argumento seja submetida às

“inclinações” do governo ou do povo. Uma formulação desse princípio se encontra na seguinte passagem:

Illegal é um conflito público das opiniões, um conflito erudito, portanto, ou bem quanto à matéria, se não for de todo permitido *conflitar* acerca de um enunciado público, por não ser lícito julgar publicamente sobre ele e seu contrário; ou bem meramente quanto à forma, quando o modo segundo o qual o conflito é conduzido consiste não em fundamentos objetivos dirigidos à razão do adversário, mas em fundamentos subjetivos que, mediante a *inclinação* por causas motrizes determinantes, visam trazer seu juízo ao consentimento através dos meios escusos (o que também inclui suborno) ou violência (ameaça). (Kant, SF, AA 07: 29)

Se quiséssemos enquadrar o que foi promovido ao longo do governo Bolsonaro (2019-2022), como os ataques à universidade e aos seus professores, pode-se claramente ver que se tratou de um conjunto de ações realizadas sobre a máxima da heteronomia da universidade no que concerne à forma. Entretanto, com base em diversos pronunciamentos públicos, o objetivo não era apenas ficar nesse estágio de depreciar a universidade frente à sociedade, mas dar um segundo passo e implantar a censura, ou seja, implantar um conflito ilegal quanto à própria matéria. Esse movimento apenas não ocorreu devido à derrota na eleição presidencial de 2022.

b) *Libertinismo acadêmico*: trata-se da máxima de não reconhecer princípio algum, mas da utilização de uma miscelânea de princípios, muitas vezes incompatíveis entre si, mas que são casualmente agrupados de modo que se possa chegar *ad hoc* à conclusão que desde o início se queria sustentar. Esse princípio de não reconhecimento de princípio algum, pode se desdobrar em diferentes formas, em um espectro que vai do relativismo até o egoísmo metodológico e lógico. Essa máxima pode se utilizar de várias estratégias, a principal delas é, a partir da real complexidade dos problemas e da necessidade de interdisciplinaridade na sua solução, inserir sub-repticiamente um sincretismo metodológico que mina a objetividade. Essa máxima da irracionalidade se assenta fundamentalmente em um princípio diametralmente oposto ao princípio da igualdade entre os eruditos e sua constituição numa comunidade, ou seja, assume que não é importante ou relevante, ou até mesmo equivocado proceder no processo de produção e justificação do conhecimento segundo princípios que possam ser partilhados

e aceitos por todos os membros da comunidade. Talvez a passagem do corpus Kantiano que melhor ilustra esse princípio é a seguinte:

A liberdade de pensamento significa também que a razão não se submete a nenhuma das outras leis a não ser aquelas que *ela dá a si mesma*; e o seu contrário é a máxima de um *uso sem lei* da razão (para assim, como imagina o génio, ver mais longe do que sob a restrição imposta pelas leis). A consequência que daí se tira é naturalmente essa: se a razão não quer submeter-se à lei, que ela a si própria dá, tem de curvar-se sob o jugo das leis que outro lhe dá; (...) A máxima da invalidade, então aceite, de uma razão supremamente legisladora é o que nós, homens comuns chamamos de *entusiasmo delirante*; mas os favoritos da benevolente natureza dão-lhe o nome de *iluminação*. Como, entretanto, depressa deve surgir entre estes uma confusão de linguagem, pois só a razão pode imperar validamente a todos, e agora cada qual segue a sua inspiração, por fim, factos provenientes de inspirações interiores devem ser confirmados por testemunhos exteriores, e de tradições, que de início eram escolhidas e com o tempo se tornaram documentos impositivos, surgiu, numa palavra, a total submissão da razão aos fatos, isto é, à *superstição*, porque esta não pode pelo menos reduzir-se a uma forma *legal* e entrar assim num estado de repouso. (Kant, *WDO*, 08: 145; ver também Kant, *Anth.* 07:227)

Quando não há princípios metodológicos que unificam o processo de produção de conhecimento ou mesmo da compreensão, aceitação e ensino de um conjunto de asserções com pretensão de *status* de conhecimento, então, em última análise, a razão se torna submissa à superstição, que nada mais é do que a confiança cega na palavra de outrem. A razão se torna heterônoma. Naturalmente que os próprios princípios metodológicos e seu escopo de utilização estão sempre sujeitos a questionamentos e avaliação reflexiva, mas isso novamente deve ser feito de modo reflexivo e público, sob os princípios republicanos da liberdade, igualdade e independência da comunidade de eruditos¹³. É nesse processo que uma determinada área de conhecimento se forma, junto com uma comunidade de eruditos que conhece, emprega, mas também reflete constantemente sobre seus princípios metodológicos. Assim, pode-se dizer que as fronteiras entre diversas áreas de conhecimento não estão definidas previamente como um fato da natureza, mas também não são flexíveis ao bel prazer das aspirações e inclinações acadêmicas de cada indivíduo. As fronteiras e a

interação entre diferentes tipos de conhecimentos são o resultado de um processo histórico complexo que precisa equilibrar, de um lado, a realidade do objeto em questão e, de outro, os consensos alcançados pela comunidade (que tenha se constituído sobre os princípios de uma comunidade republicana de eruditos, ou seja, por uma comunidade autônoma).

c) *Dogmatismo acadêmico*. Pode ser caracterizado como a máxima de não se avaliar continuamente os pressupostos da pesquisa ou do campo de conhecimento. Trata-se de uma máxima que recusa a crítica, como uma atividade que precisa ser exercitada permanentemente.

e) *Fetichismo acadêmico*: trata-se de uma máxima que possui certa similaridade com o dogmatismo acadêmico, mas que tem seu principal campo no processo de ensino e aprendizagem, ou seja, ela assume como seu fundamento um modelo escolástico de ensino ao invés de um modelo crítico. Nesse contexto, inserem-se as famosas considerações de Kant sobre a impossibilidade de ensinar a filosofia, uma vez que ela não existe como algo pronto e acabado, mas apenas “aprender a filosofar, ou seja, exercitar o talento da razão, fazendo-a seguir os seus princípios universais em certas tentativas filosóficas já existentes, mas sempre reservando à razão o direito de investigar aqueles princípios até mesmo em suas fontes, confirmando-os ou rejeitando-os” (Kant, KrV, B 866). Ou ainda: “Ninguém que não possa filosofar pode-se chamar de filósofo. Mas filosofar é algo que só se pode aprender pelo exercício e o uso da própria razão.” (Kant, Log, 09:25) Uma análise de todas as nuances e implicações dessa tese extrapolam os objetivos deste artigo. O que é relevante aqui e pode ser estendido até o campo da filosofia em sentido amplo, entendida como o conjunto da produção fundamental do saber, é a importância de que os estudantes sejam exercitados na compreensão do significado e das diferentes nuances do método que funda o seu campo de conhecimento. Apenas conhecendo e exercitando sua compreensão sobre isso, podem os estudantes e futuros eruditos encarar as diferentes teorias científicas e filosóficas não como verdades absolutas, mas também não como meras expressões de opiniões ou posições pessoais, mas como conhecimentos objetivos que encontram uma justificação pública e que estão sempre sujeitos ao escrutínio e reformulação.

De certo modo, esse fetichismo pode ser promovido indiretamente na medida em que o ensino coloca o seu principal foco na transmissão do

conteúdo, isto é, na transmissão de conhecimentos, e, desse modo, desconsidera a relevância do momento metodológico, ou ainda da análise, compreensão e crítica do método que oferece suporte àquele conteúdo. Em outras palavras, o fetichismo acadêmico pode ser traduzido como uma prioridade no processo de ensino e aprendizagem do “saber quê” em detrimento do “saber porquê”, ou ainda, o mero conhecimento histórico de algo sem o conhecimento da sua “razão de ser” ou da sua justificação. Uma passagem que ilustra emblematicamente esse problema é a seguinte:

No caso de certos conhecimentos racionais, é prejudicial sabê-los de um modo meramente histórico; no caso de outros, ao contrário, isso é indiferente. Assim, por exemplo, o navegante sabe as regras da navegação historicamente a partir de suas tabelas; e isto basta-lhe. Mas, se o jurista possui a jurisprudência de maneira puramente histórica, então ele não tem a menor aptidão para se tornar um genuíno juiz e, com maior razão, um legislador. (Kant, Log, AA 09:22)

É preciso reconhecer que, se o conhecimento histórico pode ser suficiente para a formação técnica, por outro, no âmbito da formação acadêmica, que é aquela formação característica que deve ser oferecida pela universidade, esse conhecimento é *insuficiente*. A exigência de que certos conhecimentos sejam conhecidos de modo racional se refere à exigência de os professores e estudantes, assim como os formados, conheçam os fundamentos metodológicos do seu campo de conhecimento. O fracasso disso leva, por exemplo, ao fenômeno de uma grande parte da comunidade de médicos brasileiros prescreverem cloroquina e ivermectina para tratamento da covid-19, mesmo quando isso já havia sido explicitamente rejeitado por diversos estudos científicos¹⁴.

É nesse contexto que se deve distinguir com clareza entre argumentos autoritativos, isto é, argumentos que encontraram aceitação em uma comunidade e em um campo de conhecimento constitutivo da universidade, e um argumento de autoridade, baseado simplesmente na importância dada a uma pessoa e suas opiniões. A filosofia e a ciência comportam e dependem sempre de argumentos autoritativos, mas devem ser completamente avessos a argumentos de autoridade. Os argumentos autoritativos são importantes, na verdade, são imprescindíveis, pois não é possível que a todo momento e em toda as circunstâncias se faça uma reavaliação do método e dos resultados previamente alcançados. A crítica ao método deve ser sempre possível, mas ela deve permanecer como pano de fundo da atividade de produção de conhecimento, pois, em primeiro

lugar, o fórum de discussão do próprio método é um momento mais abstrato e complexo do que a sua simples aplicação; segundo, porque a crítica do método deve recorrer a outros tipos de argumentos e princípios que não estão no mesmo nível metodológico do que a sua aplicação a determinados objetos.

d) *Populismo acadêmico*. Trata-se da máxima que conduz a atividade do professor e pesquisador pelo desejo de ser reconhecido, ainda que sob o custo do comprometimento da verdade, defendendo aquilo que irá agradar ao povo ou ao soberano, ou mesmo aos estudantes. De certo modo, a máxima do populismo acadêmico somente funciona em conjunto com a máxima de um conflito ilegal entre as faculdades ou no interior das faculdades. Com o objetivo de tornar-se popular e entrar na moda, sacrifica-se os valores da precisão e a criteriosidade dos procedimentos justificatórios. De certo modo, essa máxima atua sob o princípio de um sincretismo metodológico que agrada a todos ou que se propõe, ao menos aparentemente, a resolver um conjunto complexo e distinto de problemas de maneira simplista. Kant manifesta sua irritação com esse procedimento na *Fundamentação da metafísica dos costumes*:

Este fato de descer até aos conceitos populares é sem dúvida muito louvável, contanto que se tenha começado por subir até os princípios da razão pura e se tenha alcançado plena satisfação neste ponto; isto significaria primeiro *o fundamento* da doutrina dos costumes na Metafísica, para depois, uma vez ela firmada solidamente, tornar *acessível* pela popularidade. Mas seria extremamente absurdo querer condescender com esta logo no começo da investigação de que depende toda a exatidão dos princípios. E não é só que este método não pode pretender alcançar o mérito raríssimo de uma verdadeira *popularidade filosófica*, pois não é habilidade nenhuma ser compreensível a todos quando se desistiu de todo o exame em profundidade; assim esse método traz à luz um asqueroso mistifório de observações enfeixadas a trouxe-mouxe e de princípios racionais meio enrolados com que se deliciam as cabeças ocas, pois há nisso qualquer coisa de utilizável para o palavrório de todos os dias, enquanto que os circunspectos só sentem confusão e desviam descontentes os olhos, sem aliás saberem o que hão de fazer; ao passo que os filósofos, que podem facilmente descobrir a trapaça, pouca gente encontram que os ouça, quando querem desviar-nos por algum tempo da pretensa popularidade para, só depois terem

alcançado uma ideia precisa dos princípios, poderem ser com direito populares. (Kant, GMS, AA 04:409s.; Ver também Kant, Log, AA 09:46)

e) *Sofismo acadêmico*: trata-se da máxima que está por detrás das fraudes acadêmicas, entendidas como falsificação de dados ou mesmo da desonestidade na argumentação. Essa é uma questão que *parece* ser mais um problema moral do que um problema sistêmico da instituição. Nesse caso, trata-se de “fazer um uso dialético, isto é, visando dar aos conhecimentos uma *aparência de verdade e sabedoria*. Está é a ocupação do simples sofista, mas de todo incompatível com a dignidade do filósofo (...)” (Kant, Log, AA 09:26)

f) *Imediatismo acadêmico*: a máxima do imediatismo acadêmico pode ser caracterizada como aquela que valoriza *apenas ou sobretudo* os estudos e pesquisas que já podem indicar utilidade ou aplicação prática imediata em detrimento de estudos e pesquisas relacionados à ciência ou filosofia fundamental. Segundo Kant, “nenhuma curiosidade é mais prejudicial à ampliação do nosso conhecimento do que aquela que quer saber sempre de antemão a utilidade, antes que alguém se empenhe na investigação e antes ainda que alguém possa formar um conceito mínimo dessa utilidade, mesmo que ela lhe fosse posta diante dos olhos.” (Kant, KrV, B297) Em outro lugar lê-se:

No caso do conhecimento, não se deve em um primeiro lugar considerar a utilidade, mas sim a verdade. Na medida em que nosso conhecimento descobre leis para nós, ele é importante, mesmo que nós ainda não possamos encontrar um uso para ele. Por exemplo, aquele que primeiro descobriu princípios geométricos apenas descobriu uma regra que não teve uso naquele momento, mas que posteriormente pode ser utilizada em muitas instâncias, embora ele não tivesse naquele momento um conhecimento imediato delas. Assim, aquele que descobriu a eletricidade descobriu uma nova lei da natureza, ainda que da mesma forma ele não tivesse conhecimento sobre seu uso. Na esperança da utilidade, deve-se ficar satisfeito com a verdade. (Kant, V-Anth/Fried. AA 25: 484, tradução própria)

Pode-se dizer, assim, que a importância do conhecimento não pode ser medida por sua utilidade imediata. Entretanto, é importante destacar que há uma diferença entre, por um lado, dizer que algo é frutífero ou que não é vazio e sem uso e, por outro lado, afirmar que a utilidade deve ser um critério mais importante ou relevante para avaliar um conhecimento.

Dizer que algo é vazio ou sem uso significa dizer que não é propriamente um conhecimento, que se trata de uma afirmação sem referente no mundo. Por outro lado, o imediatismo é a perspectiva de que algo é considerado conhecimento ou mesmo um conhecimento mais relevante e digno de ser buscado e financiado do que outros que não se apresentam como solução para problemas imediatos. É ao ponto de vista do imediatismo que a universidade vem se sujeitando a garantir a “produtividade” para o mercado, ou mesmo para a satisfação de inclinações e desejos imediatos, ainda que ao custo de outros interesses e exigências mais relevantes (epistemológica ou moralmente).

g) *Burocratismo acadêmico*¹⁵: máxima cada vez mais adotada pelo aparato estatal que regula e financia as universidades brasileiras, mas também pelo corpo técnico da universidade e de órgãos fiscalizadores externos que vêm se ampliando em número e influência política. Trata-se do princípio que transforma os eruditos em prestadores de serviço burocrático, exigindo que a maior parte da sua atividade seja despendida no preenchimento de relatórios, tabelas, complicados processos burocráticos de implementação de financiamento e prestação de contas. Assim, aos pesquisadores e professores lhes sobra cada vez menos tempo e energia para a verdadeira atividade fim, que seria a produção e transmissão de conhecimento. As universidades brasileiras, uma vez que abriram igual espaço decisório para estudantes e técnicos administrativos com base no suposto respeito ao princípio democrático¹⁶, relegaram os fins da universidade, os quais são alcançados através das atividades de pesquisa, ensino e extensão, feitas e entendidas como tais pelos seus eruditos, aos fins dos estudantes e técnicos: os primeiros querendo o seu diploma com maior rapidez e facilidade possível para logo ingressarem no mercado de trabalho; os segundos ao compreender que o trabalho dos professores não passa também de um trabalho técnico, como o deles¹⁷. Já a CAPES, sob o suposto argumento de um controle externo do ministério público ou de um controle de qualidade, estabelece cada vez mais regulamentos e restrições em todos os níveis, criando empecilhos para a atividade fim. De certo modo, segundo a leitura de Pinzani (2019) acerca da ética neoliberal, esse é também um reflexo de uma estratégia do modelo neoliberal de estado, que, *mutatis mutandis*, ao invés de investir nos projetos de pesquisa e na ampliação e melhora qualitativa das universidades, prefere aumentar os investimentos no aparato burocrático de fiscalização que se torna cada vez mais complexo e custoso, sem produzir qualquer mudança significativa no cenário da universidade. Esse

modelo passa a atuar contra os interesses da autonomia universitária. Nesse processo, ao invés da preocupação com qualidade dos resultados tendo em vista a razão de ser da universidade, foca-se numa suposta responsabilização dos professores/pesquisadores, transformando-os em mais uma engrenagem do aparato burocrático do estado que ao fim e ao cabo devem preencher tabelas com números muitas vezes vazios de importância.

A relação entre a universidade e seus egressos: o caso da atuação de médicos brasileiros ao longo da pandemia de Covid-19

O caso da vergonhosa atuação de grande número de médicos brasileiros que prescreveram ivermectina e cloroquina no contexto da pandemia de Covid-19, *mesmo após esse procedimento já ter sido amplamente rejeitado por estudos e experimentos*, trata-se de uma situação que, segundo Kant, não seria mais abarcada pela categoria da irracionalidade acadêmica, mas ainda assim se encontra ligada a ela. Os médicos entram na categoria dos chamados “literatos” ou “homens de negócio”, os quais, certamente tiveram de fazer seus estudos na universidade, mas que não pertencem mais à comunidade que compõe a universidade e podem inclusive “ter esquecido muito daquilo que estudaram”. Entretanto, apesar dessa categoria de literatos, ou egressos da universidade, não pertencerem mais à comunidade dos eruditos, eles permanecem normativamente vinculados a ela. Nesse sentido, para Kant, os literatos “não são livres para fazer uso público da erudição a partir da sua própria sabedoria, mas apenas sob a censura das faculdades.” (Kant, CF AA 07:18) Isso significa que um médico não tem autorização para clinicar com base na sua experiência empírica quando essa está fora do escopo ou entra em conflito com aquilo que está estabelecido pela faculdade de medicina, entendida agora em sentido ampliado, como a comunidade dos eruditos pesquisadores e professores que compõe o campo. Nesse caso, a atuação dos médicos estaria sob a supervisão das suas faculdades, de modo que sob certas circunstâncias, sua licença de prática poderia ou deveria ser suspensa ou revogada (no caso brasileiro, a licença médica é dada por um órgão corporativo – o CRM). Finalmente, quando esses “homens de negócio” quisessem entrar em conflito com a faculdade, eles teriam de fazer isso segundo as regras do conflito legal. Eles não podem apelar “ilegitimamente ao tribunal do povo (ao qual não cabe juízo algum em matéria de erudição)”, pois nesse caso, isso “cessaria de ser um conflito erudito.” (Kant, CF AA 07:24n)

A atuação de grande parte dos médicos brasileiros ao longo da pandemia mostrou claramente não apenas um grande desvio ideológico e moral, mas também uma profunda falha na sua formação acadêmica. Que alguns profissionais que assumam essa postura e tenham esse déficit, isso é praticamente inevitável, ainda que sempre passível de punição. Mas que isso tenha assumido a dimensão que ocorreu no Brasil, mostra um problema estrutural da universidade brasileira e sua falta de autonomia enquanto universidade na relação com o estado e a sociedade. Também mostra que a universidade não está oferecendo e cobrando uma formação ética e acadêmica adequada aos parâmetros normativos do que deve ser a universidade. Finalmente, mostra também que o estado e a sociedade continuamente estão fomentando um conflito ilegal e favorecendo máximas da irracionalidade acadêmica.

Tendo isso em conta, de um ponto de vista normativo, todos os médicos que prescreveram ivermectina e cloroquina, mesmo após esse alegado tratamento já ter sido amplamente rejeitado por experimentos e ser uma hipótese absolutamente descartada pela universidade, deveriam ter sua licença suspensa, ou, no mínimo, ter sua licença submetida à condição de um curso de reciclagem acadêmica, inclusive com aulas de ética e de metodologia científica. Um estado e uma sociedade que respeitasse e valorizasse a autonomia acadêmica tomariam as medidas para que isso se fizesse possível. A liberdade acadêmica somente é possível sob a premissa do combate ao libertinismo intelectual, tanto interno à sua comunidade, quanto de seus egressos.

A Relação entre Universidade e República

Esta seção possui um caráter muito mais especulativo, no sentido de que se sustenta menos em elementos textuais e se propõe a traçar algumas linhas gerais de uma reflexão de caráter Kantiana a partir da extrapolação de alguns princípios e interpretações. Avança-se aqui algumas teses com relação ao modo como o estado deve se relacionar com a universidade. Nesse caso, suponho aqui que na filosofia político-jurídica de Kant há uma diferença conceitual e normativa entre o estado e uma república. Um estado, enquanto tal, precisa garantir a segurança dos seus súditos sob a ideia de lei, já uma república, precisa fazer isso, mas sob a condição de que essas leis sejam *justas*. Nesse sentido, toda república é um estado, mas nem todo estado é uma república, ou ainda, ser um estado é condição necessária, mas não suficiente para uma república¹⁸. Com base nessa distinção, pode-se levantar a questão de como deveria ser a relação de uma

república, isto é, de um estado comprometido com a ideia de justiça, e as universidades. Nesse sentido, sugere-se dizer que o grau de republicanização de um estado pode ser “medido” pela forma como ele lida com as suas universidades.

Novamente aqui não há a pretensão de se apresentar uma lista exaustiva, mas indicar algumas linhas gerais para a reflexão.

a) Se é condição de legitimidade de qualquer estado permitir a liberdade do uso público da razão e a liberdade do debate no interior da universidade, no caso de uma república as demandas seriam muito mais exigentes. De um ponto vista normativo, mesmo em um estado despótico a liberdade do uso público da razão deve ser permitida, do contrário, o estado perde toda sua legitimidade e se torna pura barbárie. Entretanto, numa república, além da permissão do debate, ocorreria também uma inversão de hierarquia e consideração entre as chamadas faculdades superiores e inferiores. Em outras palavras, se num estado despótico a filosofia é a faculdade inferior e direito, teologia e medicina são consideradas como as faculdades superiores, numa República, a ordem seria reversa ou ao menos não haveria mais uma tal hierarquia. Em outras palavras, quando mais justo e moralmente desenvolvido o estado, tanto mais a filosofia, entendida aqui como ciência fundamental, seria valorizada, de modo que todas as ciências técnicas ou aplicadas, ou aquelas que formassem os homens de negócio, fossem entendidas conceitualmente e normativamente como subordinadas àquelas. Dito de outra forma, poderia ser considerado como sinal de uma maior republicanização de uma sociedade e do estado o grau de reconhecimento e importância atribuído à ciência fundamental e à filosofia. Obviamente que a relação da universidade com a sociedade envolve um conjunto de questões muito complexas que não pode ser suficientemente esgotado por essa caracterização geral. Por exemplo, talvez a comunidade de físicos teóricos defenda ser necessário construir um colisor de partículas que tenha um custo que a sociedade naquele momento não pode arcar, tendo em vista um conjunto de outras necessidades e exigências mais importantes para aquela sociedade¹⁹. Assim, não se trata de assumir que a universidade seja posta em uma relação de alienação com relação às necessidades e demandas da sociedade. Nesse sentido, quando se pensa aqui na autonomia da universidade e na valorização da filosofia (em sentido lato), por um lado, ou da relação de interação entre universidade e sociedade, por outro, entende-se que essa relação complexa deve ser ponderada no

sentido em que seja salvaguardada o elemento característico da autonomia universitária com relação ao modo como o conhecimento é produzido, ao mesmo tempo que a sociedade (entendida aqui num sentido normativo como espaço público, e não como a simples da pressão do mercado) mantenha uma interação e demanda constante com relação à universidade.

b) Num estado despótico, a relação do estado com alguns eruditos que pertencem à universidade funciona como uma “escolha de preferidos”. Nesse caso, pode-se estabelecer uma relação insidiosa ou de conveniência do estado com alguns eruditos, de modo que se utilize deles simplesmente para corroborar uma posição e opinião injustificada que já se tem de antemão, como foi o caso de estudos citados por Trump de que não há aquecimento global, ou no caso de Bolsonaro e de seus defensores que citavam estudos que pretendiam validar o uso da cloroquina como tratamento eficaz contra Covid-19. Essa é uma relação do erudito como mascote do governo. Do ponto de vista Kantiano, a relação direta entre o governo e alguns eruditos não deveria ser o modelo privilegiado. O que deveria ser fomentado é a relação do estado com a comunidade científica ou erudita enquanto tal. Assim, ainda que sempre se possa encontrar algum cientista pouco reconhecido pela comunidade ou de caráter duvidoso que negue o aquecimento global causado pela queima de combustíveis fósseis ou que ainda defenda a eficácia da cloroquina como tratamento eficaz para covid-19, a questão é que há um consenso estabelecido na comunidade científica com relação às posições contrárias. Em suma, numa República, a relação do governo com a universidade é sempre mediada pela comunidade ou pela faculdade à qual a questão se refere. Como, em geral, as questões são complexas e envolvem mais do que uma faculdade ou especialidade, então todas as faculdades concernidas deveriam ser consultadas.

c) Na obra *À paz perpétua* Kant argumenta contra a tese platônica do rei filósofo. O argumento básico é de que o poder corrompe o julgamento desinteressado necessário na busca pela verdade. O *insight* fundamental por trás dessa tese poderia ser desenvolvido da seguinte forma com relação ao assunto em tela. Por um lado, uma solução de inspiração Kantiana seria, ou uma quarta divisão na estrutura do estado, ou seja, se o legislativo representa à

vontade, o executivo a ação e o judiciário o julgamento, talvez fosse necessário abrir espaço na estrutura estatal para um quarto poder, composto por um colegiado de eruditos vinculados às universidades, os quais funcionariam nesse esquema como que os representantes da razão e do conhecimento. Ter-se-ia assim uma nova divisão dos poderes do estado. Para minimizar a questão da não corrupção do poder com relação aos eruditos, ao mesmo tempo que se dirime a preocupação acerca de uma tecnocracia, poder-se-ia pensar aqui numa situação em que tal conselho, após analisar o que se sabe de uma situação ou problema, formulasse um conjunto de soluções diferentes e alternativas distintas, mas aceitáveis sobre as quais o poder legislativo pudesse então decidir. Nesse caso, esse conselho poderia formular os limites do que poderia ser aceito (rejeitando assim aquilo que é considerado como uma solução absurda tendo em vista o conjunto de conhecimentos acumulados e o grau de consenso possível no interior das comunidades de eruditos) dentro da qual o poder legislativo poderia exercer sua vontade e o executivo a sua ação. A vantagem desse modelo é que esse conselho ou poder não seria simplesmente consultivo, mas envolveria uma força vinculante com relação ao estado. Uma outra possibilidade seria pensar esse conselho como uma espécie de conselho permanente que não tivesse poder estatal algum, mas que atuasse como que através do procedimento da censura, tal como pensado por Rousseau na obra *O contrato social*. Em outras palavras, numa sociedade e estado republicano, a importância da universidade não precisaria passar por canais institucionais vinculantes com o governo, mas o simples posicionamento público da comunidade acadêmica seria suficiente para direcionar os atos do governo e dos três poderes que compõe o estado. Nesse caso, respeitar-se-ia de maneira mais clara o critério de evitar que o poder corrompesse o julgamento, mas, por outro lado, depender-se-ia quase que exclusivamente de um *ethos* social adequado. Ainda no contexto do ensaio *À paz perpétua*, ao tratar da antiga questão sobre o que vêm primeiro, a saber, se devemos esperar que bons cidadãos criem boas instituições ou se devemos esperar que boas instituições criem bons cidadãos, a resposta de Kant vai no sentido de que devemos esperar que as instituições venham primeiro (cf. Kant, ZeF AA 08: 366). Ora, nesse caso, seguindo uma via mais institucional, talvez a primeira solução, isto é, a criação de um quarto poder, apesar de envolver uma mudança mais profunda nas constituições e estruturas políticas dos estados modernos, fosse a preferível e talvez também o ponto inicial para a criação de uma

cultura de cidadãos concernidos com a verdade e a objetividade nas questões que dizem respeito a todos.

Reflexões finais

A universidade e a comunidade de eruditos que a compõe ou dela é dependente constitui uma instituição social e política que demanda autonomia, seja da sociedade, seja do estado. Isso não significa que a universidade deva ser isolada ou alienada da sociedade, mas significa que ela deve funcionar segundo regras e princípios próprios. A negação ou desconsideração desses princípios implica a destruição ou um modelo disfuncional do propósito essencial dessa instituição. Mesmo se assumirmos que se trate de um estado e de uma sociedade democrática, ou seja, assumindo o melhor dos casos, ainda assim, submeter a universidade a esse regime democrático implicaria uma desvirtuação. Se as doutrinas ensinadas na universidade tivessem que depender de uma opinião política majoritária, então a universidade teria de atribuir ao criacionismo e ao terraplanismo (ainda que essas teorias sejam bastante distintas entre si) o status de teorias válidas, pois com certeza, tanto no Brasil, quanto nos EUA, uma maioria ou ao menos uma quantidade substancial de pessoas subscreve o criacionismo ou mesmo aceitam ou flertam com o terraplanismo. Ainda que isso não ocorresse de fato, a questão é que a validade da evolução das espécies e da esfericidade da terra não pode ficar dependente dos humores políticos nem ser definida por um procedimento político de tomada de decisão baseado na regra da maioria. A democracia é um regime político relevante e legítimo para que a sociedade se autogoverne, mas não pode estender seu modo de atuação para o âmbito universitário. Do ponto de vista Kantiano, a própria comunidade de eruditos deve constituir uma república, mas as suas regras não são o convencimento ou o agrupamento com base em interesses políticos, mas apenas sobre a melhor forma de se chegar ou se aproximar da verdade e nesse contexto, o “conflito legal” das faculdades e dos acadêmicos é o melhor dos modelos.

A autonomia da universidade e da sua comunidade de eruditos também não pode ser entendida como uma liberdade sem lei, ou libertinismo. Há regras internas e específicas nesse campo. Princípios contrários a essas regras podem ser considerados como máximas da irracionalidade acadêmica. Entre essas máximas está, por exemplo, o imediatismo científico. Se as investigações e os diversos campos do saber tivessem que receber financiamentos com base na capacidade de apresentar resultados práticos imediatos, então não haveria pesquisa

fundamental, não se investigaria questões de ética ou metaética, mas submeter-se-ia a universidade a lógica do mercado capitalista, ou socialista, ou comunista, ou seja qual for o “ismo” da ocasião. Não demoraria muito para que os cientistas de todas as áreas sentissem esse impacto indevido.

A garantia da autonomia acadêmica é essencial no combate ao negacionismo científico e ao relativismo, que alimenta de maneira direta ou sub-reptícia, tanto a extrema-direita, quanto a extrema-esquerda. No Brasil, a universidade também precisa passar por uma autocrítica, pois nos últimos anos, com uma grande ampliação e com uma certa flexibilização dos critérios de qualidade acadêmica, abriu-se também a possibilidade para uma maior entrada em sua “comunidade” de diversos indivíduos e grupos que passaram a atuar sobre a máxima do libertinismo acadêmico²⁰. Esses mesmos indivíduos, estão dispostos a dar suporte ao negacionismo, o qual assume diversas facetas. Mas essa análise ou mesmo um maior detalhamento são um tópico a ser explorado em outro momento.

Notas

¹ Professor do Departamento de Filosofia e do Curso de Pós-Graduação em Filosofia da UFPR; Professor do Curso de Pós-Graduação em Filosofia da UFSC; Pesquisador do CNPq; E-mail: joel.klein@ufpr.br. Este estudo recebeu financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código 001.

² Ver: <https://istoe.com.br/autopsia-de-olavo-de-carvalho/> (consultado em 26/07/2023).

³ É preciso lembrar que no auge do governo Bolsonaro, ele foi responsável por indicar dois ministros da educação do governo brasileiro.

⁴ Olavo de Carvalho está errado e não entendeu Kant, dizem três nomes de destaque da academia brasileira, O Globo, 10 de fevereiro de 2019. <https://oglobo.globo.com/sociedade/olavo-de-carvalho-esta-errado-nao-entendeu-kant-dizem-tres-nomes-de-destaque-da-academia-brasileira-23440419> ; Ver também: <https://diplomatique.org.br/resposta-a-pergunta-quao-obscurantista-e-o-emplasto-filosofico-de-olavo-de-carvalho/>

⁵ Câmara municipal de Curitiba e a Câmara dos Deputados estão entre as instâncias que prestaram homenagem. Ver: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/camara-aprova-sessao-solene-em-homenagem-a-olavo-de-carvalho/> (consultado em 26/07/2023)

⁶ No caso brasileiro, os ministros da educação como Abraham Weintraub eram professores de economia na USP.

⁷ Fiz esse trabalho em outros artigos, nesse caso ver Klein 2009 e 2023.

⁸ Todas as citações das obras de Kant seguem o padrão estabelecido pela *Akademie Ausgabe* e adotado também pela Sociedade Kant Brasileira. Nesse caso, as siglas utilizadas se referem às seguintes obras: SF – conflito das faculdades; ZeF – À paz perpétua; KrV – Crítica da razão pura; WA – Resposta à pergunta: o que é esclarecimento?; WDO – O que significa orientar-se no pensamento; Anth – Antropologia de um ponto de vista pragmático; GMS – Fundamentação da metafísica dos costumes; Log – Lógica; V-Anth/Fried – Preleções de antropologia anotadas segundo Friedländer.

⁹ Cf. “Porém, a Faculdade da filosofia, que pode se envolver em todos estes desejos apenas através de prescrições que ela empresta da razão, portanto, fiel ao princípio da liberdade, atém-se apenas àquilo que os próprios homens, de sua parte, podem e devem fazer neste sentido: viver probamente, não cometer injustiças, comportar-se moderadamente na fruição e pacientemente nas doenças...” (Kant, SF, AA 07:30) Como a faculdade da filosofia se entende aqui todo o campo do saber fundamental, e não ainda propriamente técnico, e como em uma república a Faculdade da Filosofia seria a faculdade superior, segue-se que a função primeira da universidade seria promover os fins dessa faculdade.

¹⁰ Essa característica é extraída a partir da extrapolação da tese da sociabilidade insociável. Sobre o conceito de sociabilidade insociável ver Klein (2013). Note-se que ao se defender que a sociabilidade insociável seja pensada como o motor ou móbil que impulsiona a atividade do trabalho científico e de pesquisa, disso não se segue que os conhecimentos a serem produzidos devam estar focados em satisfazer ou promover qualquer modelo de sociedade capitalista ou de competição. Trata-se apenas de acentuar que no contexto da universidade, o objetivo central é a excelência acadêmica e ela é promovida através de um processo de premiação de resultados alcançados. Parece ser desnecessário argumentar que esse processo deve estar submetido ao enquadramento das regras éticas das boas práticas científicas.

¹¹ Com isso não se está afirmando que a universidade seja a única instituição social que pode desempenhar essa função.

¹² Note-se a diferença entre esses dois seguintes tipos de argumento. De um lado, pode-se dizer que a universidade deve ser mais inclusiva no preenchimento dos seus cargos de professor pois a universidade precisa emular os valores da igualdade de uma sociedade democrática. De outro, pode-se sustentar que a universidade deve ser mais inclusiva (gênero, raça, posição social) pois isso auxilia no desenvolvimento da pluralidade de pontos de vista necessários para o progresso da ciência. Ainda que os dois argumentos defendam uma mesma direção, eles fazem isso de modo muito diferente, o primeiro com base em um

valor moral e político, o segundo com base num valor intrínseco à lógica acadêmica. Essa diferença não é banal, pois ela pode ter implicações importantes no modo como determinadas medidas são adotadas e posições mais específicas assumidas. Por exemplo, não é apenas a promoção da pluralidade por si que deve ser assumida, mas apenas aquela que comporta a finalidade da universidade. Em suma, a ideia de excelência e mérito acadêmico não podem ser flexibilizados para que determinado fim de democratização seja alcançado.

¹³ Há aqui de forma bastante fundamental o apelo a uma compreensão republicana de racionalidade e de construtivismo. Sobre isso, ver autor (2023a, 2023b), mas também O'Neill (1989, 2015).

¹⁴ Mais sobre a relação entre os egressos das universidades e a universidade abaixo.

¹⁵ Esse aspecto não se encontra diretamente na obra de Kant, mas por influência e extrapolação, acredita-se que cabe mencioná-lo como uma máxima da irracionalidade, uma vez que, em primeiro lugar, faz com que grande parte, talvez a maior parte da energia dos professores e pesquisadores seja desviada da atividade fim, e, em segundo lugar, parece que ele está se tornando cada vez mais comum e é objeto de preocupação de muitos dos colegas com quem partilho experiência. Essa inferência pode ser aproximada da filosofia Kantiana por sua crítica à *micrologia moral* (cf. Kant, MS AA 06: 409) que pretende ser uma tentativa de criar infinitas pequenas regras tentando prever todo tipo de situação e potencial desvio. Como atitude pessoal está associada a pedanteria, já com relação às formalidades sociais, com a excessiva burocratização.

¹⁶ Kant considera que o melhor modelo político é aquele de uma democracia constitucional. Entretanto, isso não significa que a democracia não seja um modelo com vários problemas e com tipos de desvirtuamento próprio. Pode-se dizer que Kant defendia um modelo substantivo de democracia, ou seja, a sua legitimidade republicana é medida principalmente pelos resultados ou pelos direitos que ela realiza e não apenas pelo procedimento. Isso significa que um modelo procedimental democrático para tomada de decisão pode ter como resultado algo completamente avesso à justiça ou ao que é substantivamente entendido por democracia. Para uma análise mais profunda do conceito de democracia na obra de Kant ver Klein (2019) e Caranti (2023).

¹⁷ Não tenho como justificar essa minha afirmação com base na filosofia de Kant, nem com base em dados empíricos, pois não desenvolvi nenhum estudo de campo sobre o assunto e, além disso, com certeza há diversas exceções. Trata-se de uma percepção própria da atual realidade acadêmica que pode ser confirmada por grande parte dos docentes com relação a crescente carga de trabalho burocrático que a eles é designada e que não parece diminuir com a criação de novas instâncias burocráticas, bem pelo contrário. Esse aumento de trabalho cada vez mais vem comprometendo a atividade fim.

¹⁸ Desenvolvo em detalhes essa distinção em Klein (2021).

¹⁹ Agradeço a Frank Rettweiller por me apresentar esse problema.

²⁰ Note-se *atentamente* que a crítica aqui não se refere à ampliação da universidade e a sua diversidade como tal, mas ao modo como em muitos casos isso tomou forma, pois a ampliação ocorreu muitas vezes sob a prática da flexibilização dos critérios de excelência academia, ao ponto de que há grupos que se sintam confortáveis em rejeitá-la publicamente. Novamente, aquilo que constitui excelência acadêmica é algo que deve sempre estar aberto a análise e debate crítico, mas isso deve ser feito tendo em vista os parâmetros da objetividade científica a partir do que é entendido pelo campo de um ponto de vista da qualidade internacional. A não ser que se comece a defender que a qualidade de uma pesquisa em física ou biologia tenha um parâmetro nacional brasileiro e que qualquer perspectiva cosmopolita da ciência é na verdade um modelo velado de colonialismo. Mas então já se está no campo do relativismo, o qual é o mesmo dos defensores da cloroquina como tratamento eficaz para Covid-19. Que a filosofia de Kant seja atacada pela extrema direita, como Olavo de Carvalho, assim como pela extrema-esquerda, pode ser um bom indicativo da sua posição de parcimônia e compromisso com a produção de conhecimento e com uma democracia qualificada.

Referências Bibliográficas

CARANTI, Luigi. Why does Kant Think that Democracy is Necessarily Despotic? *Kantian Review*, 00, 1–17, 2023.

KANT, Immanuel. *Gesammelte Schriften*. Hrsg.: Bd. 1-22 Preussische Akademie der Wissenschaften, Bd. 23 Deutsche Akademie der Wissenschaften zu Berlin, ab Bd. 24 Akademie der Wissenschaften zu Göttingen. Berlin 1900ff.

KANT, Immanuel. *A metafísica dos costumes*. Tradução José Lamago. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2005.

KANT, Immanuel. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Tradução Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2004.

KANT, Immanuel. *Crítica da faculdade do juízo*. Trad. Valerio Rohden e António Marques. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Trad. Valerio Rohden e Udo Balduur Moosburger. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Trad., intr.. e notas Guido Antônio de Almeida. São Paulo: Discurso Editorial, 2009.

KANT, Immanuel. *O conflito das faculdades*. Trad. Artur Morão. Tradução Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2004.

KANT, Immanuel. *Princípios metafísicos da doutrina do direito*. Trad. e intro. Joãozinho Beckenkamp. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

KLEIN, Joel Thiago. A resposta kantiana à pergunta: que é esclarecimento? *Ethic@* (UFSC), v. 8, p. 211-227, 2009.

KLEIN, Joel Thiago. Enlightenment as the normative principle of social rationality. *Studia Kantiana*, v.21, n.1, 99-117, 2023.

KLEIN, Joel Thiago. Kant on Legal Positivism and the Juridical State. *Kant Yearbook*, v. 13, p. 73-105, 2021.

KLEIN, Joel Thiago. Kant e o Valor Moral da Democracia Representativa. *REVISTA PORTUGUESA DE FILOSOFIA*, v. 75, p. 667-694, 2019.

KLEIN, Joel. A sociabilidade insociável e a antropologia kantiana. *Revista de Filosofia: Aurora* (PUCPR. Impresso), v. 25, p. 265-285, 2013.

O'NEILL, Onora. *Constructions of Reason*, Cambridge University Press, 1989.

O'NEILL, Onora. *Constructing Authorities*, Cambridge University Press. 2015.

PINZANI, Alessandro. Neoliberalismo como doutrina ética. In: *Erasmus* (versión online) Año XXI No 1 y 2 – 2019, p. 137-156.

Received/Recebido: 13/10/2023
Approved/Aprovado: 02/11/2023